

DE MULHER PARA MULHER: O ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

FROM ONE WOMAN TO ANOTHER: THE INTERDISCIPLINARY ATTENDANCE FOR WOMEN VICTIM OF VIOLENCE

Carla da Silva*

Mirian Faury**

Lucia Helena Octaviano***

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é dimensionar a prática do atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, realizados pela equipe interdisciplinar da ONG SOS Ação Mulher e Família, composta por uma psicóloga, uma assistente social e uma advogada. Visa-se ressaltar as dificuldades e a resolutividade do trabalho em equipe na discussão das três áreas diferenciadas, tendo como foco o entendimento mais completo de cada caso atendido. O estudo inicia-se com uma breve introdução sobre o histórico institucional da ONG, co-relaciona o conhecimento teórico com a lide prática, descreve o exercício concreto da interdisciplinaridade, faz um estudo de caso

* Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, Docente da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUC Campinas e da Universidade Paulista – UNIP. Assistente Social e Pesquisadora do Grupo de pesquisa da ONG SOS Ação Mulher e Família.

** Doutora em Sociologia pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle); Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC; Docente da Faculdade de Serviço Social; Pesquisadora e coordenadora do Grupo de pesquisa da ONG SOS Ação Mulher e Família; Pesquisadora associada ao NEMESS - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social, do **Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da PUC São Paulo.**

*** Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas; Especialista em Gestão de Iniciativas Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - COOPE/UFRJ; Especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas. Conselheira Tutelar do Município de Campinas e Pesquisadora do Grupo de pesquisa da ONG SOS Ação Mulher e Família.

do atendimento apontando os resultados alcançados e esperados. O intuito deste estudo é destacar a importância do atendimento interdisciplinar no sentido de se viabilizar sua prática humanizada, voltada ao acolhimento da usuária como o centro das atenções, na busca de auxiliá-la efetivamente na resolução de seus problemas.

Palavras-chave: Gênero; Violência contra a Mulher; Equipe Interdisciplinar; Intervenção.

ABSTRACT: *The follow work aims to size the attendance technique to the women victim of domestic violence, carried by the interdisciplinary team of “SOS Ação Mulher e Família” ONG, composed by a psychologist, a social worker, and a lawyer. It is worth mentioning the difficulties and the resolution of a teamwork in the discussion of the three different areas, focusing on the more complete understanding of which each case attended. The study begins with a brief introduction about the institutional historical of the “SOS Ação Mulher e Família” ONG, related the theoretical knowledge with the experience, describes the practical exercise of the interdisciplinary, conducting a case study of the service, pointing out the achieved and expected results. This study aims to emphasize the interdisciplinary attendance relevance making every effort in its humanized practice, aimed towards to welcome the user as the center of attention, in the search of effectively assisting her in get their problems solve.*

Keywords: *Genre; Violence against women; Interdisciplinary Team, Intervention.*

INTRODUÇÃO

Este estudo de caso é fruto da prática do atendimento da equipe interdisciplinar da ONG SOS Ação Mulher e Família, composta por uma psicóloga, uma assistente social e uma advogada, tendo como objetivo ressaltar os desafios e a resolutividade das intervenções construídas e aplicadas em equipe, junto às mulheres vítimas de violência doméstica. Cabe elucidar brevemente a trajetória e a construção das metodologias de atendimento realizadas pelo SOS Ação Mulher e Família.

O SOS Ação Mulher e Família, sediado em Campinas/SP, foi fundado em 1980 como uma organização não governamental constituindo-se, atualmente, como entidade de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Mantém, desde 1987, Convênio de Cooperação com a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - sendo filiado à Federação das Entidades Assistências de

Campinas - FEAC - tendo o apoio da Prefeitura Municipal de Campinas, do Centro Educacional Integrado e dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Inicialmente, a entidade denominou-se SOS-Mulher, destacando-se como trabalho de um grupo do movimento feminista que prestava um serviço voltado às mulheres que viviam situações de violência doméstica, sexual e social.

Com a prática, houve uma evolução desta abordagem: o SOS precisava conseguir novos espaços para desenvolver programas mais abrangentes e novas propostas de intervenção de caráter social e comunitário; assim, em 1982, acrescentou-se as palavras Ação Mulher (ações de cunho preventivo / educativo que visavam a transformação de condições culturais e de políticas públicas) e, em 1995, Família, pois se foi percebendo que a violência não se restringia à mulher, mas tendia a se disseminar perversamente entre os membros da família, atingindo os filhos, pais idosos, irmãos, cunhados, tios, sobrinhos e, não raro, a vizinhança, amigos, trabalho, escola. Isto porque no acolhimento cotidiano, a ONG incluía a todos os envolvidos na situação de violência, em suas orientações e encaminhamentos e, não raro contava com toda a família, por se entender o processo sistêmico da violência, a teia que se formava em torno da mulher e seus familiares.

Para ter eficácia e promover mudanças concretas nas condições de violência, era necessário também que a busca de soluções levasse em conta essa complexidade. Com a evolução dos anos e o aprimoramento das ações concretas, a ONG aperfeiçoou sua missão, destacando a importância de trabalhar o grupo familiar em equipe interdisciplinar, preservando os espaços para desenvolvimento da mulher e paralelamente sua família.

Com essa concepção, implantou-se um atendimento à mulher e ao grupo familiar pautado por uma intervenção

interdisciplinar, cuja equipe passou a ser constituída por profissionais das áreas de psicologia, direito e serviço social.

Desta maneira, a instituição, através de sua equipe interdisciplinar, promove o atendimento de mulheres e suas famílias que vivem situações de violência (espancamento, ameaças de morte, crimes de natureza sexual, violência psicológica, estupro, discriminações, educação diferenciada), inspirando-se para isto nos princípios dos Direitos Humanos e Cidadania.

Neste compasso, gerou-se um campo fértil para pesquisa e conhecimento, pautados na realidade cotidiana, no qual o estímulo à prevenção e o exercício da cidadania se unem e se fortalecem para a promoção de uma sociedade mais justa e pacífica.

1 DA TEORIA À PRÁTICA

A partir das vivências no atendimento surgiu o interesse da equipe pelo estudo sistemático e investigativo da violência intrafamiliar.

A violência é um fenômeno presente desde os primórdios da história humana e atinge indistintamente as sociedades e as relações sociais. A violência intrafamiliar atinge a sociedade independente de credo, nacionalidade, raça ou classe social. Somente nas últimas três décadas os estudiosos, de diferentes áreas do conhecimento, têm se voltado de forma sistemática a sua investigação (AZEVEDO, 1985, p.22)

É através da mulher que se busca atingir todos os personagens envolvidos em relações de violência no âmbito doméstico/familiar e social: não só o parceiro, mas também a criança e o adolescente. São estes últimos que irão sofrer o reflexo direto dos conflitos do casal parental, cujo modelo

será de fundamental importância na formação de suas personalidades e na prevenção de futuros distúrbios.

(...) numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, a mulheres mutiladas correspondem necessariamente homens mutilados. É exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens. (SAFFIOTI, 1999, p.27)

Neste sentido, a desmistificação da díade homem (vilão) x mulher (vítima), tomando em seu lugar uma visão global da família; percebe-se que o grupo familiar é gerador de conflitos de violência, desde sua forma mais sutil até a mais cruel.

Para se entender o ciclo da violência familiar é necessário romper com mitos pré-estabelecidos de conceitos sobre família, crenças, religião, entre outras formas de preconceitos. Barcelos (2006, p.12) descreve:

Quando se trata da violência intrafamiliar, várias questões de natureza histórico social, cultural, religiosa, e pessoal surgem obscurecendo a compreensão e seu reconhecimento pelos integrantes da família, sociedade e pelos próprios profissionais. O primeiro deles é que este fenômeno encontrasse cercado de mitos e crenças a respeito do direito privado, sagrado, supremo e absoluto do sistema familiar e suas interrelações (de casal, pais e filhos, intergeracional, entre os gêneros) entre outras.

Atualmente, o grupo familiar vive um momento de transição em sua dinâmica, com mudanças radicais e quebra de paradigmas; a violência familiar acompanha estas mudanças de forma agressiva e invasiva. Neste sentido, o

entendimento de violência intrafamiliar de acordo com a definição do Ministério da Saúde (2002, p.15):

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família. Incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que constrói e efetua.

O fenômeno da violência impõe a necessidade da articulação dos saberes entre diferentes áreas de conhecimento sobre um mesmo problema, abrindo, dessa maneira, um leque de possibilidades de construções de novas intervenções que poderá gerar indagações, provocações e mudanças de pequeno e de grande porte dentro do contexto familiar, institucional, público e privado.

(...) a perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrario, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática (RODRIGUES, 2000, p.27)

Todo o exposto embasou a equipe técnica da ONG no desenvolvimento de metodologias, técnicas de ação e intervenção com maior resolutividade no contexto, possibilitando o fortalecimento do vínculo entre instituição e mulher, facilitando o acompanhamento, a orientação

e a construção de estratégias para sua efetiva libertação do ciclo da violência.

2 O ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR NA PRÁTICA

A equipe interdisciplinar do SOS é um time formado por pessoas com saberes e personalidades diferentes, com o mesmo foco de trabalho, qual seja, amenizar e combater os impactos da violência intrafamiliar e de gênero.

O atendimento na prática é um exercício complexo e gratificante. Para que se mantenha afinado, exige discussões constantes entre as diversas áreas, bem como a disposição para o trabalho em equipe.

É certo que as funções de cada elemento do grupo transcendem as disciplinas, e o objetivo em comum perpassa toda a intolerância da visão singela para que na divergência dos entendimentos se converta o resultado uno, consoante, amplo, abrangente.

No treino constante da discussão dos casos, cada uma se desdobra em alargar os conhecimentos nas áreas diversas, visando ao enriquecimento da discussão e melhor solução prática.

A vítima de violência contra a mulher não necessariamente traz consigo marcas físicas, mas muitas vezes é profundamente marcada em seu íntimo, vítima de lesões psicológicas ou morais.

As usuárias atendidas pela ONG são de classes sociais diversas, também com diferentes níveis culturais – como bem se conhece, a violência não se restringe à classe social ou nível cultural fixo, se entremeia em diferentes estruturas sociais.

Apesar das diferenças, muitas características semelhantes podem ser destacadas nos casos atendidos, principalmente de ordem psicológica e nem sempre tão facilmente detectáveis em um primeiro contato.

O atendimento atencioso às usuárias traz à tona alguns fatores de interesse que merecem destaque:

1) Instabilidade emocional

A usuária não é normalmente uma pessoa estável emocionalmente. Ao contrário, comumente é fragilizada, extremamente emotiva, indecisa.

Tais instabilidades exercem imensa influência no tipo de atendimento que é oferecido, bem como no direcionamento da prestação do serviço.

Sempre fica ressaltada a importância do fortalecimento interno para futuras tomadas de decisão, quaisquer que sejam estas. As mulheres que procuram o serviço com o intuito de uma solução jurídica como uma separação, por exemplo, normalmente não estão preparadas para suportar o processo; apesar de se apresentarem como prontas e decididas para tanto, um simples questionamento mais profundo basta para que aparentem o pavor e real desconforto pela definição da solução jurídica de seu problema, que realmente se apresenta pesada e facilmente traumatizante a uma mulher sem forças emocionais e, inúmeras vezes, dependente financeiramente de seu companheiro.

Nesses casos, portanto, é preferível sempre que a usuária se fortaleça psicologicamente antes do início do litígio para que conscientemente faça suas escolhas, seja responsável por suas decisões e cresça como indivíduo.

O peso de uma separação judicial para uma usuária emocionalmente instável pode ser esmagador e, ao invés de estarmos contribuindo para uma mudança positiva de vida, poderíamos estar inclusive cooperando para um maior aprofundamento no ciclo de violência que vivencia.

2) Medo da responsabilidade por decisões

Outra característica comum à grande parte das usuárias do SOS é a tendência em esperar que não apenas a equipe lhe informe sobre os direcionamentos existentes que podem ser seguidos em seu caso, mas que defina em seu lugar qual decisão a ser tomada, direcione seus atos sem que tenha a responsabilidade em escolhê-los.

Ou seja, ao se deparar com as diversas possibilidades para que escolha seu próprio modo a seguir, é comum que a usuária espere pela solução externa, sem que tenha que se responsabilizar pelo caminho escolhido.

Neste sentido é premente esclarecer que a função do atendimento da equipe de forma alguma é tomar a decisão pela usuária, mas sim informá-la sobre soluções para que ela própria se responsabilize pela direção escolhida a ser seguida.

Normalmente são apresentados os caminhos possíveis, mas somente à usuária deve caber a oportunidade da definição de sua própria história de vida. Ou seja, o atendimento é todo direcionado à responsabilidade consciente da usuária pelas suas próprias escolhas, no afã de que tome conta de sua própria vida e aprenda a se orgulhar de suas decisões.

Uma vez mais, aqui se encontra a necessidade da estabilidade emocional da usuária, que deve ser constantemente trabalhada.

3) Decisões nem sempre lógicas

Mais uma característica peculiar apresentada por um grande número de usuárias, é que nem sempre a decisão tomada se prende à lógica da orientação recebida.

Muitas usuárias não preparadas internamente para a solução de seus casos, decidem por mote próprio não relacionado ao que é orientada em atendimento.

Pela pendência da estabilidade emocional a usuária, apesar de receber direcionamentos concretos e viáveis para a solução de seu problema, não está pronta ou motivada o suficiente para solucioná-lo.

Desta forma, mais uma vez se manifesta a necessidade do acompanhamento sistemático das profissionais em equipe, bem como da integração entre os grupos de apoio.

4) Vitimização

As usuárias atendidas pelo SOS nem sempre notam sua participação efetiva nos acontecimentos dos quais se dizem vítimas. Ou seja, algumas usuárias tendem a vestir o papel de vítima, esquecendo-se – ou negando-se a compreender - que seu próprio comportamento privilegiou a violência vivenciada.

Mais uma vez, a necessidade de atendimento da usuária tem o foco psicológico visando seu fortalecimento e entendimento pessoal.

3 ESTUDO DE CASO: A PRÁTICA CONCRETA DO DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE.

A usuária T. foi admitida pelo programa do SOS Ação Mulher e Família no ano de 2008. Com 19 anos de idade, era vítima de violência física e psicológica e já se encontrava morando longe de seu ex-companheiro. Contudo, aproveitando-se do fato de que em comum tinham um filho de 2 anos de idade, o ex-companheiro utilizava qualquer contato que tivessem, quando da visita ao menor, para promover suas agressões sobre T.

Quando o ex-companheiro soube que T. estava se engajando em um novo relacionamento, agrediu-a e exigiu que lhe entregasse o filho, deixando claro que somente sob sua concordância poderia visitá-lo.

Na mesma época, a família de T. passava por dificuldades e sua mãe, em estado profundamente depressivo, necessitava de seu apoio e de forma alguma podia ajudá-la em qualquer decisão que pudesse tomar em relação ao filho ou às ameaças sofridas.

Por um tempo T. frequentou os grupos de apoio da ONG, tendo abandonado o atendimento no mês de maio de 2008.

Não encontrando saída e sentindo-se fortemente pressionada para qualquer decisão, T. cedeu, entregou a criança ao ex-companheiro, distanciou-se de um novo relacionamento e passou a cuidar da mãe e de um irmão mais novo.

Contudo, as ameaças do ex-companheiro continuavam, e T. constantemente era agredida, sendo ameaçada até mesmo em seu ambiente de trabalho.

Em maio de 2009, T. retornou ao atendimento da ONG, desesperada por mais uma vez ter sido vítima do ex-companheiro. Relatou que quase havia sido morta pela tentativa de pegar seu filho contra a vontade do agressor, e que somente foi salva porque contou com a ajuda de estranhos para se libertar. Em seu pescoço, carregava as marcas da tentativa de esganadura que sofrera. Orientada pela equipe interdisciplinar, T. registrou boletim de ocorrência na delegacia de defesa das mulheres e passou por exame de corpo de delito.

Dessa vez, retornou determinada a resolver sua situação e colocar em segurança sua vida e de seu filho, ainda sem o apoio da família, porém, mais fortalecida emocionalmente.

Esse caso em especial é *sui generis*, visto que a usuária, apesar de pouca idade e passando por situação de violência ostensiva, longe do filho e sem suporte emocional familiar, trazia dentro de si própria uma compreensão especial dos fatos, com uma lucidez quase que estarrecedora.

Em conversa com a equipe interdisciplinar, T. se instruiu sobre o funcionamento e os benefícios da Lei Maria da Penha, e foi encaminhada à Defensoria Pública para que regularizasse o pedido de guarda de seu filho, então com 3 anos.

Ainda de acordo com a orientação recebida, representou o BO efetuado e fez o pedido de medida de proteção, visto que continuava a ser ameaçada pelo agressor.

Sob continuas ameaças, mesmo com a medida protetiva em vigor, T. entrou em contato com a equipe interdisciplinar, pois estava com medo de ser assassinada. A orientação recebida foi a de comunicar os fatos à polícia, exigindo proteção e cumprimento da medida expedida, bem como o procedimento de registro de novo boletim de ocorrência para que fosse pedida a prisão do agressor em descumprimento da ordem judicial.

Como na prática os acontecimentos nem sempre acompanham a teoria, somente por sua insistência T. conseguiu ter seus direitos resguardados.

Primeiro, a delegacia de defesa da mulher se recusava a fazer novo boletim de ocorrência informando que o agressor havia desrespeitado a medida protetiva vigente. Novamente orientada, T. se dirigiu diretamente à sede do Ministério Público da cidade para fazer valer sua proteção, e somente então a delegacia concordou com o novo procedimento.

Mesmo assim, nenhum resguardo foi oferecido à usuária.

Sabedora do risco de vida que corria juntamente com seu filho, T. afirmou que gostaria de ser encaminhada ao abrigo de mulheres da cidade juntamente com a criança para que fossem resguardadas suas vidas, visto que sua família não tinha proteção alguma a lhes oferecer.

As profissionais da equipe interdisciplinar da ONG, então, começaram a intervir para que T. fosse mandada ao abrigo com seu filho, e inúmeras dificuldades foram encontradas para que se viabilizasse o pedido.

Primeiramente, os funcionários da delegacia especializada não sabiam informar se poderiam aceitar que o encaminhamento fosse feito pela ONG como sempre havia sido feito. Em resumo, alegavam que existiam novas regras e somente o centro de referência de atendimento à mulher do município poderia fazer tal encaminhamento.

Esclarecida a dúvida, e na certeza de que à ONG também cabia o encaminhamento, foi levantado o problema de que a delegacia não tinha conhecimento sobre a existência de vagas no abrigo municipal.

A equipe interdisciplinar, então, entrou em contato com a pessoa responsável pelo abrigo, garantindo a vaga para a usuária e seu filho.

Neste ponto a usuária foi avisada para que se dirigisse à delegacia especializada juntamente com seu filho para que fossem levados até o local de proteção.

Novamente contatada a delegacia, após muita insistência e com a notícia de que a vaga estava garantida no abrigo, a funcionária explicou que era necessário um encaminhamento por escrito.

Montado e assinado o encaminhamento, novo problema. Após três tentativas de se passar o documento via facsímile para acelerar o procedimento, a equipe foi informada que a delegacia não possuía papel de fax, e nem meio eletrônico para recebê-lo.

Apesar do avançado da hora, então, faltando somente 30 minutos para que fosse encerrado o expediente do atendimento da delegacia, a equipe técnica dirigiu-se até lá com o encaminhamento em mãos para garantir que fossem respeitados e efetivados os direitos da usuária.

Como T. e o filho se dirigiam de longe e via transporte público, chegaram ao local faltando somente alguns minutos para o encerramento dos trabalhos da repartição. Junto a eles, somente o avô de T., idoso que mais inspirava tratos protetivos do que insinuava proteção aos dois. Contudo, apoiava a decisão da neta.

Enfim recebida pela delegada, T. prestou novo depoimento relatando as novas perseguições na vigência da medida protetiva, sendo escoltada pela Guarda Municipal até o local de abrigo, onde ficou com o filho por 10 dias - tempo necessário para que o agressor fosse preso e ela e o filho pudessem voltar à rotina normal.

Não é incorreto se afirmar que, diante de tantos empecilhos e mau funcionamento da rede, se não fosse o engajamento e a insistência da equipe interdisciplinar, o final da história de T. poderia ter sido outro.

Acima de qualquer outro objetivo, o intuito do atendimento da equipe interdisciplinar é a prática humanizada voltada ao acolhimento da usuária como o centro das atenções, na busca de auxiliá-la efetivamente na resolução de seus problemas.

No acolhimento de seu sofrimento, a usuária é levada em conta como pessoa única, com todas as suas especificidades, sem que nada lhe seja imposto, mas com o apoio que for necessário para o alcance de seus objetivos.

O reforço positivo da coragem de se manter alimentando suas forças é sempre ressaltado, fazendo com que a auto-estima dessas usuárias se mantenha estável, fator essencial para a manutenção de sua mudança.

Destaque-se que no cultivo da capacidade da usuária é transversalmente alcançado o agressor, que pela modificação do comportamento da companheira revê seu próprio papel no relacionamento de ambos.

O grande trunfo deste tipo de atendimento humanizado é ser alimentado pela força da usuária, que cada vez mais toma para si a responsabilidade de gerenciar suas próprias decisões, positivando seus pensamentos no apoio recebido da equipe.

Por sua vez, é fundamental o papel da equipe interdisciplinar ao passo que no acolhimento e orientação das diferentes áreas é favorecida a dinâmica e a força do vínculo, reforçando às mulheres a sensação de que a Instituição segue

de mãos dadas com cada uma delas para que tenham um real e legítimo apoio na trilha da própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar sobre violência doméstica cometida contra a mulher é como tecer uma colcha de retalhos que, inicialmente, se apresenta como tiras em preto e branco que traduzem o vazio, a solidão, o sofrimento e a falta de perspectiva. No decorrer do trabalho de uni-los e costurá-los, as formas mais diversas vão surgindo e transformando-os em retalhos coloridos, representando a liberdade, vitória, e, acima de tudo, o colorido da vida (SILVA, 2011, p.127)

As marcas deixadas no corpo e na mente da T. são hoje, cicatrizes que a fortalecem para continuar a batalha pela sua autonomia. Para a equipe de profissionais, a realização de participar dessa transformação, dessa costura, é acreditar que existe a possibilidade de mudar a cultura e assim, construir uma sociedade igualitária, sem violência.

Para tanto, trabalhar com a questão da violência contra a mulher exige formação teórico prática, dimensionamento ético, dedicação, prontidão para a execução das tarefas que vão muitas vezes, além da responsabilidade profissional, e positividade na relação, tanto em relação às usuárias quanto em relação à equipe.

O trabalho, em consonância com educação igualitária, garantia de direitos, proteção e *empoderamento* das mulheres vítimas de violência poderá provocar profundas mudanças na sociedade, intencionando a construção de um novo paradigma de igualdade material e emocional entre homem e mulher, na busca de uma sociedade mais justa, onde a democracia, a cidadania e a dignidade da

pessoa humana sejam suas bases concretas (SILVA, 2011, p.126).

Estudar continuamente a questão da violência, também compõe o horizonte da equipe interprofissional.

Podemos, assim, reconhecer que todos fazemos parte de uma grande trama social, com diversos problemas constituídos de dor e sofrimento, e que juntos compomos uma grande força, capaz de transformar o preto da violência em cores alegres e vivas, construindo relações afetivas e positivas, acreditando na efetivação da cultura igualitária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia de. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

BARCELOS, Wanda Beatriz Elsen. *Violência Intrafamiliar: Ressonâncias na prática profissional do psicólogo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Florianópolis, SC: 2006.

CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA N.08. *Violência intrafamiliar: orientação para a Prática em serviço*. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: 2002.

RODRIGUES, Maria Lúcia. Caminhos da Transdisciplinaridade: fugindo a injunções lineares. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: editora Cortez, n. 64, ano I, nov/2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: vol.13 no. 4, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288391999000400009&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em 07/10/2008.

SILVA, Carla da. *UMA REALIDADE EM PRETO E BRANCO: as mulheres vítimas de violência doméstica*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: PUC São Paulo, São Paulo, 2011.